

---

FRY, Peter. *A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 350 p.

*Lilia Moritz Schwarcz*

*Universidade de São Paulo – Brasil*

Outros lugares e tantos tempos: sobre os males da racialização aqui e lá. Começo por onde o livro termina. Peter Fry, em suas “palavras finais”, afirma que os “antropólogos são os cartógrafos da diferença cultural”. Mais do que uma frase de efeito, a expressão é antes um sinônimo do trabalho do próprio autor, que fez de suas andanças e etnografias um modelo de reflexão para apreender a diferença e a alteridade. Ou seja, suas passagens pela Europa, África, Estados Unidos e Brasil permitiram-lhe reconhecer uma variedade de formas de organização social e de sistemas de representação, marcados, em primeiro lugar, pelo encontro colonial e, depois, pela globalização.

O fato é que tal movimento possibilitou que Peter Fry se detivesse não só nas identidades subalternas (material privilegiado da antropologia), mas refletisse sobre a diversidade cultural existente entre as próprias nações imperiais. É esse, inclusive, o mote que acompanha toda a primeira parte desse livro, que reúne capítulos sobre as políticas coloniais experimentadas por portugueses e britânicos. Com seu caderno de campo nas mãos Peter Fry anotou as especificidades do modelo inglês, que celebrou a diversidade de seus súditos, contraposto ao português, que parece ter se guiado mais pela idéia da assimilação.

É informado por essa perspectiva que o antropólogo analisa a situação na África austral; não com o intuito de discutir a geopolítica do *Commonwealth* britânico ou da comunidade portuguesa. O objetivo é entender simbolicamente a tensão presente nos empreendimentos coloniais portugueses e ingleses, que opuseram práticas de “assimilação” e de “segregação”, ou modelos de celebração das diferenças étnicas, de um lado e a universalidade da experiência humana, de outro. Por outro lado, essa tensão não se limita à etnografia; faz parte da própria antropologia, que, segundo o autor, sempre vivenciou o paradoxo de entender, ao mesmo tempo, a unidade do humano e a diversidade da linguagem, do significado e da identidade.

É justamente esse confronto entre os dogmas universalistas e particularistas que Peter Fry experimentou em Moçambique, no ano de 1965. Ao passar a

fronteira do Zimbábue em direção à cidade litorânea moçambicana da Beira, o antropólogo reconheceu não só a imprecisão das próprias fronteiras, como a irregularidade do traçado da estrada, do mato e da utilização da terra. No entanto, também as pessoas eram “imprecisas”. Ao invés da segregação praticada na Rodésia, ficavam mais nítidas as marcas simbólicas de outro tipo de sistema, desenhado pela assimilação. “Os africanos falavam português entre si”, estranhava Peter Fry, como se, pelos detalhes, descortinasse um outro tipo de organização. Aí estava o modelo colonial português, conhecido por sua “missão civilizadora” não racista e pelo lema: “Um Estado, uma Raça e uma Civilização”. Por detrás estava, também, um modelo que aglutinava noções como miscigenação e assimilação e que fazia, das “fronteiras imprecisas das raças”, uma nova taxonomia. Foi esse tipo de retórica que teria tornado Moçambique cada vez mais assimilacionista e a África do Sul e Zimbábue – por contraposição – segregacionistas e pautados pela celebração de raças e culturas.

Dessa maneira, as viagens de pesquisa permitiram que Peter Fry entendesse e relativizasse os dilemas das metáforas raciais do mundo contemporâneo, assim como reconhecesse a vitalidade do racismo, a despeito do anti-racismo advogado pela antropologia moderna.

Mas se engana aquele que pensa que as duas partes do livro – uma relativa à África e outra ao Brasil – não dialogam entre si. Ao contrário, a vivência da fronteira permite voltar os olhos para o modelo brasileiro e nele reconhecer, sim, um modelo. Ou seja, Peter Fry parece ter chegado “armado” ao Brasil, ou melhor, informado pela idéia de que assim como não existe sentido universal, também as situações culturais se inscrevem em ocorrências concretas. É imbuído dessa perspectiva, e pela convicção de que o “Brasil é diferente” e que se deve levar a sério o mito da democracia racial, que o antropólogo introduz uma série de ensaios até então dispersos. Revisita seu conhecido artigo *Feijoada e Soul Food*, 25 anos depois, e não parece satisfeito com suas primeiras análises. Isto é, diferente do antigo tom de denúncia e de desmascaramento do “racismo à brasileira”, é com certo embaraço que revê sua posição (e a considera “ingênua”), ou “faz as pazes” com Gilberto Freyre. Seria preciso interpretar o Brasil não por meio de categorias anglo-saxãs, mas misturando categorias analíticas. Ao invés de entender a mestiçagem e a ideologia do não-racismo como “mentiras” que o Estado e as elites nos pregam, Peter Fry passa a investir na interpretação de que símbolos nacionais diletos – como o samba, a capoeira ou a feijoada – não “ocultam”; antes, “revelam”. Estaríamos, portanto, diante de sistemas ordenados de pensamento social – verdadeiros mitos estru-

turais – que exprimiriam percepções fundamentais de nossa vida social. Dessa maneira, é possível retomar não só a idéia de raça como uma construção social, mas entender de que forma ela “funciona” em nossa sociedade. Como se enraíza, entre outros elementos, o famoso arco-íris de categorias “raciais”, amplamente disseminadas no conjunto da sociedade brasileira.

Não se trata, assim, de dizer que o Brasil seria melhor ou pior, mas de afirmar sua “diferença”. É esse o ponto de vista para enfrentar o incidente da “Cinderela Negra”; o caso da estudante Ana Flávia Peçanha de Azeredo, “negra”, 19 anos, filha do governador do Espírito Santo. Mais uma vez a análise de Peter Fry surpreende, quando o autor indaga sobre a mistura de categorias: as nativas, as norte-americanas, as nossas. É nesse sentido que desconstrói as interpretações que, amparadas nesse exemplo, pretendiam ter colocado “um prego no caixão da democracia racial”. Segundo o antropólogo, as representações seriam tão reais como as relações sociais e “a democracia racial não é menos ‘real’ que a discriminação racial”. A resposta ao eurocentrismo não passaria, dessa maneira, por um afrocentrismo reativo, assim como o caso de Ana Flávia permitiria pensar em como não é necessário retomar o modelo binário norte-americano. Peter Fry, ao contrário, chama atenção para o nosso “estilo múltiplo”, que seria mais coerente e menos ambíguo, e permitiria entender não só o evento a partir de novas lentes, como a cobertura da mídia e a releitura dos personagens sempre em situação.

Mais uma vez, o exemplo específico ajuda a iluminar o que é quase uma obsessão (uma boa obsessão) do autor: a idéia de que a cabe à antropologia se bater por causas universais e pela igualdade dos seres humanos, desvinculando genética e cultura, assim como desautorizando todas as formas modernas de racismo e essencialismo.

Raça é, portanto, um artefato histórico e social, isso sem negar que o mesmo conceito esteja se transformando em princípio condutor da formação de categorias e grupos sociais significativos. É munido com esse tipo de referencial que Peter Fry aborda questões políticas atuais, enfrentando o tema da aplicação de cotas e ações afirmativas no Brasil. As posições do autor, bastante conhecidas, aparecem de forma reiterada nos artigos que se seguem, revelando sua convicção no que chama ser o anti-racismo brasileiro, sua saída via políticas universais, seu lamento frente aos “tempos de racialização” e seu susto diante da adoção das cotas pelo governo brasileiro, já nos anos de Fernando Henrique Cardoso.

Definindo-se como um antropólogo não racialista, Fry revela seu receio com relação a esse tipo de política – “um racismo às avessas” – e se filia ao

modelo modernista de Macunaíma e à idéia de um Brasil misturado e pautado por categorias múltiplas. “Pontes em lugar das margens”, eis a filosofia que parece, ainda, animar Peter Fry, que chegou ao Brasil para trabalhar (na então) nova Unicamp, estimulado por esse tipo de concepção. Um Brasil onde as “definições raciais e de cor são notoriamente situacionais, ambíguas e imprevisíveis” e onde “não há critérios para determinar a raça de ninguém”. Assim, longe de se encontrar destituída de interesse, a idéia de democracia racial ainda seria perfeitamente coerente com projetos de democracia e cidadania.

O problema é, mais exatamente, a defasagem entre os “ideais” da democracia racial e a “realidade” do racismo. Contra as saídas mais imediatistas, Peter Fry volta-se aos modelos universais e pede pela melhoria do ensino, pela introdução de boas escolas em regiões periféricas e saídas mais originais. Tudo isso na contramão e anotando, como diz o título da obra, “a persistência da raça” e até mesmo seu fortalecimento.

Mas, se comecei pelo final, termino com o início. Não há como deixar passar a bela introdução de Peter Fry, que mistura o próprio percurso pessoal com suas conclusões mais arraigadas. Dentre elas, destaca-se a crítica à racialização, que perpassa, de uma maneira ou de outra, por todos os capítulos. Investindo contra a voga da defesa da diversidade cultural, o antropólogo alerta para o perigo da celebração das raças, que surge como uma espécie de corolário desse novo jargão de época. Corajoso, Peter Fry recupera a concepção antropológica de mito, e passar a definir “o mito da democracia racial” não como falácia, mas como um ideal a ser alcançado. Ele não impediria, por certo, o racismo vigente entre nós, mas o define como anátema. E dessa forma retornamos a uma espécie de ponto de partida da antropologia cultural, que nasceu se contrapondo aos determinismos e buscando separar cultura de biologia.

Nesse sentido, a leitura de *A Persistência da Raça* permitirá notar que, embora o racismo seja um fenômeno (talvez) universal, varia de sociedade para sociedade, de situação para situação. Como diz Peter Fry: “Em Zimbábue eu era visto como branco e ponto final, em Moçambique e no Brasil era visto como branco e vírgula”.

Aí está uma obra que, com seus 11 ensaios, perpassa uma vida toda e indica como a volta da “raça” é um elemento poderoso para entender desigualdades e preconceitos atuais. Muitos são os racismos e é a experiência pessoal e o método comparativo que permitem estranhar. O estilo de Peter Fry também é particular. Chamando o conceito de raça de “burro” ou colocando-se de peito aberto contra as novas correntes – que tem sinalizado para a implementação

de “discriminações raciais positivas” ou para a propriedade de “tratar desigualmente os desiguais” (peças de retórica das chamadas ações afirmativas) – o antropólogo demonstra como é possível aliar, com coerência, reflexão teórica a um compromisso social evidente.

O fato é que um livro como esse acaba por demonstrar (de forma inversa) como existem certos méritos, digamos assim, nessa nova temporada de “políticas raciais”. Afinal, ela tem dado maior visibilidade à discussão sobre o racismo no Brasil e suas distintas formas de enfrentamento. O problema é julgar, como bem mostra Peter Fry, que os fins justificam os meios. Isto é, supor que se deve racializar (positivamente) a discussão para num futuro (ou quem sabe quando) desracializar o debate.

O raciocínio vigente é no mínimo circular e pode ser nomeado da seguinte maneira: se pobreza está associada à “raça”, então a conclusão é que se deve racializar o debate, em nome da promoção social. Não obstante, o resultado perverso é que, ao combater a exclusão econômica, tão arraigada em nossa sociedade, recaímos na racialização; ou melhor, na perpetuação do mesmo (pre)conceito cujos efeitos se quer anular. O racismo produziu raças e agora se acredita que, por meio de políticas públicas racializadas, se atinja a igualdade. Mas, como ficará claro a partir da leitura desse livro, se a idéia de “raça” continua a ser utilizada de maneira pragmática e política, isso não apaga o fato de ser uma construção social, um marcador de diferença, uma representação tão poderosa e tão verdadeira como o são as relações sociais. Mais do que isso, e como disse o sociólogo Paul Gilroy, raça constitui um “conceito tóxico”, pois contagia o tecido social.

Mas voltemos aos conselhos de Peter Fry: é hora de retomar as máximas da antropologia cultural, que sempre insistiu no princípio da igualdade entre seres humanos e na falta de vínculos entre genética e cultura. Raça, definitivamente, não é uma realidade biológica, e é com esse espírito sensível a uma civilização plural brasileira e a uma tradição universalista e humanista que o autor parece encarar o desafio presente. Não vale a pena, em nome da denúncia legítima da desigualdade, racializar (positiva ou negativamente) a discussão sobre os instrumentos para o combate às iniquidades sociais neste país.<sup>1</sup> É fato

---

<sup>1</sup> Os dois parágrafos anteriores são inspirados no artigo que publiquei, juntamente com Marcos Chor Maio sobre o Censo Escolar do MEC de 2005, no jornal *O Globo*.

que não se pode mais adiar um enfrentamento da questão, mas em nome dele de nada adianta optar por saídas rápidas, mas que reintroduzem o tema da raça, tão criticado nos anos 1930 pelas análises de viés culturalista. Por outro lado, se é fato que o conceito de raça não se sustenta biologicamente, é inegável sua penetração enquanto representação social. Ou seja, no dia-a-dia, ou mesmo nas políticas públicas e leituras mais pragmáticas, sua eficácia continua, como diria o próprio Fry, “persistente”. Dessa maneira, denunciar a falácia teórica do conceito nem sempre implica anular a questão, que insiste em se apresentar. Como ensina o antropólogo, representações sociais são tão reais como o é a realidade.

O debate está, portanto, distante de sua conclusão. Além do mais, faz parte da agenda atual e deve passar para a nossa história. Mas nem por isso (e talvez por isso) é menos interessante. Afinal, como diz Peter Fry em seu livro *Para Inglês Ver*, tempos de crise são bons para iluminar processos e protagonistas. Ou talvez, e para ficarmos em boa companhia, conforme narra o bardo Guimarães Rosa, “o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”.